

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A PESQUISA GEOGRÁFICA: CAMINHOS, PRÁTICAS E ADAPTAÇÕES PARA O AMBIENTE VIRTUAL

Mariana Motta Machado¹

Fabio Tadeu Macedo de Santana²

Introdução

Com o agravamento da transmissão da Covid-19 em 2020, as escolas e universidades precisaram suspender suas atividades presenciais sem qualquer previsão de retorno. Buscando se adaptar a essa nova realidade, o Ensino Online veio a se tornar uma solução momentânea para que os estudantes não parassem com seus estudos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o não funcionamento das escolas como método para diminuir a transmissão do novo coronavírus veio a impactar mais de 776,7 milhões de crianças e jovens no primeiro trimestre de 2020. O Brasil, infelizmente, foi o epicentro da pandemia na América do Sul, com isso, a estratégia que tinha um caráter emergencial trouxe à tona graves problemas sociais e desigualdades econômicas que interferem na educação brasileira e no acesso à educação de qualidade.

O Programa de Residência Pedagógica é uma das frentes da Política Nacional de Formação de Professores e tem por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de Licenciatura. Deve afirmar aos seus egressos habilidades e competências que lhes possibilitem desenvolver um ensino de qualidade nas escolas de Educação Básica por meio de projetos que fortaleçam o campo da prática, além de exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, empregando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino-aprendizagem, entre outras didáticas e metodologias. (CAPES,2021).

A insuficiência de políticas públicas na esfera estadual e federal foram responsáveis pelo agravamento do processo formativo dos estudantes da educação básica no Brasil e, por conseguinte, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, a crise sanitária desencadeou uma crise sem precedentes de ordem econômica, política e social. No caso do Rio de Janeiro, os escândalos de corrupção na saúde pública foram responsáveis pelo impeachment do governador Wilson Witzel. Esses problemas somados à disputa política no estado acabaram por postergar por vários meses o atendimento remoto aos estudantes da educação básica.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), residente no projeto de residência pedagógica CAPES-UERJ na Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek (ETEJK) - marianamottamachado@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-Uerj), Doutor em Geografia (UFF), Professor Coordenador do Programa Residência Pedagógica - Geografia/ UERJ - fabio.santana@prof.etejk.faedec.rj.gov.br



O compromisso assumido pela residência pedagógica com formação docente e com o atendimento remoto aos alunos concluintes da educação básica norteou os caminhos de ações formativas que abordassem demandas sociais de leitura e escrita, considerando também as novas construções de saberes, diversidades linguísticas e culturais, bem como é feita a comunicação atualmente na sociedade tecnológica digital (COPE; KALANTZIS, 2000). Sendo assim, foi preciso uma reorganização das atividades propostas, adequando o trabalho docente com a produção de conteúdos audiovisuais em formato de videoaulas.

O objetivo das aulas foi desenvolver o conhecimento geográfico por meio de questões cotidianas, de forma ampla, investigativa e exploratória, fazendo com que as atividades propostas estimulem o pensamento crítico dos estudantes. Os bolsistas do projeto, todos graduandos em licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, foram os responsáveis pela elaboração das aulas, dos roteiros e da produção dos vídeos, servindo como uma forma de colocarem em prática seus conhecimentos acadêmicos, estimulando e vivenciando a rotina escolar na modalidade remota. O Plano Nacional de Educação (2001) já contemplava “o domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério” (p.99) e a implementação de “programas de educação a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino” (p.77).

Os caminhos para a adoção do ensino remoto emergencial, como foram apresentados diante da pandemia, infelizmente, não ocorreu de forma serena, harmoniosa e adequada às necessidades da educação básica. A impressão vivida por nós coordenadores, preceptores e residentes, diante de tudo que estava acontecendo, deixavam-nos apreensivos e muito tensos, devido as informações de erosão dos quadros de saúde físico e mental de docentes e estudantes. Confessamos que não tínhamos qualquer ambiência de trabalho nas referidas plataformas de atendimento online, mas diante das circunstâncias tínhamos que buscar uma solução para sanar um problema complexo.

Afinal de contas, que tipo de ensino estávamos praticando durante a crise sanitária? Apesar da existência de definições muito bem estruturadas, não é incomum encontrarmos definições equivocadas do modelo de ensino praticado durante a pandemia. Estávamos centrados na educação considerada massiva, com os docentes exercendo um papel central no processo de ensino aprendizagem, os dispositivos técnicos como suporte de uma aula conteudista e, por fim, alunos como receptores de uma educação “bancária”.

Diante do exposto, foi necessário chegar aos estudantes da educação básica por todos os acessos existentes, som, imagem, experiência, dramatização, partir de onde o aluno se encontra e ajudá-lo a percorrer do concreto ao abstrato, do empírico ao intelectual. Na educação escolar, a tecnologia pode ser valorizada buscando uma maior aplicabilidade e eficácia do ensino-aprendizagem. Entretanto, é necessário romper com a dinâmica de valorização dos conteúdos e dos ensinamentos enciclopédicos a qualquer custo, e propor estratégias de forma que o aluno produza reflexões, criticidades e conhecimentos próprios, através da mediação e estímulo de interesse aos saberes geográficos.

Fundamentação Teórica

O ensino por muito tempo foi estabelecido apenas na sala de aula, com auxílio de livros e o professor como promotor do saber, em um ambiente onde o aluno não possuía atuação no seu processo de formação, sua participação era apenas em caráter de ouvinte, onde conteúdos eram falados e memorizá-lo era o objetivo principal. Com uma ideia divergente sobre o papel do professor Masetto (2006) o coloca em uma posição de mediador,



sendo aquele “[...] que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos, a forma de se apresentar e tratar um conteúdo ou tema que ajuda o aprendiz a coletar informações, relacioná-las, organizá-las, manipulá-las, discuti-las e debatê-las com seus colegas, com o professor e com outras pessoas (interaprendizagem)”. Ainda que estivessem em processo de formação, os professores residentes do projeto buscaram abordar os temas de suas videoaulas de forma criativa e dinâmica, através de tópicos que estejam presentes no dia a dia e que também inseridos no contextos históricos, passando por um caminho que desenvolva a visão crítico-reflexiva e a compreensão da prática social como fundamentos substanciais na formação de alunos como sujeitos diante da sociedade.

Com a criação dos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 1999), que abarcam como proposição a formação geral em oposição à formação específica - a linguagem do cinema ganha âmbito em relação à educação no final do século XX. Os PCNs trazem a indispensabilidade do cinema na construção da aprendizagem, no artigo 3º, inciso I, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, determina que a organização do currículo e as situações de ensino-aprendizagem devam ter coerência com os princípios presentes no que se chama de estética da sensibilidade, a qual: [...] deverá substituir a [estética] da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto [...].

A partir disso foi possível trabalhar com a pedagogia do cinema, tema abordado por Bergala (2008), cuja obra discute o emprego do cinema como forma de linguagem pedagógica potente na contemporaneidade. A introdução do cinema como método pedagógico sem uma preparação prévia faz com que muitos professores ao o adotar em sala de aula, incluem-no ao já conhecido método “conteudista” apenas para abordar determinado assunto desconsiderando o ensinamento da produção artística do filme, tais como as técnicas e métodos de filmagem, com isso Bergala então faz uma separação entre cinema e o audiovisual, sendo cinema aquilo que se utiliza de técnicas e procedimentos cinematográficos para produção de um filme, e audiovisual concernente a conteúdos que, para serem produzidos, não utilizam das mesmas técnicas da produção de um filme, como, por exemplo, um vídeo com slides sonorizados ou conteúdos televisivos. Debruçando sobre a proposta do autor as videoaulas produzidas para o projeto, integram, portanto, o portfólio audiovisual.

Bergala (2008) também afirma que o papel da escola, ao trazer o cinema como prática pedagógica é organizar a possibilidade do encontro com os filmes, designar, iniciar, tornar-se passador, aprender a frequentar os filmes e tecer laços entre os filmes e a sala de aula, levando aos estudantes sentimentos de apropriação do conteúdo estudado, transmitindo a sensação de que aquilo que se estuda é importante para além da sala de aula, e se aplica à vida, permitindo que seus conhecimentos sejam parte de uma gama mais ampla de aprendizado que é compartilhado com o todo, assim como um filme que tem traços nos quais nós nos identificamos.

É possível melhorar a qualidade do aprendizado quando criamos situações onde o aluno consiga vivenciar, sentir, redescobrir signos que passavam despercebidos – ao educador cabe o grande desafio de tornar aquela aula significativa, escolher os objetivos inquestionáveis, necessários – balanceando o racional, sensorial, emocional, social. Quando ele consegue entender a utilidade daquilo, a importância de saber, o encadeamento partindo do campo teórico para sua percepção e leitura do mundo.

Metodologia

A utilização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define o currículo do ensino médio, é uma espécie de roteiro formativo organizado por um conjunto de ações e aprendizagens e é separada em distintos arranjos curriculares fundamentais para os alunos da Educação Básica. O trabalho que se desenvolve no projeto de Residência Pedagógica baseia-se no arranjo das Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Filosofia e Sociologia), tendo como principal foco a disciplina de Geografia.

Os currículos mínimos das redes estaduais FAETEC e SEEDUC-RJ perpassam os três níveis do ensino médio. Os referidos documentos institucionais foram meticulosamente analisados para serem usados de base da construção e divisão de 32 módulos, que serviram como propostas de temas para os dezesseis integrantes do projeto realizarem a concepção das videoaulas. Cada residente selecionou dois temas, para então iniciar o processo de elaboração das videoaulas com busca por bibliografias, reportagens e imagens para montar a aula e a escrita do roteiro dos vídeos. Depois de prontos, foram encaminhados ao coordenador e preceptores do projeto para que fossem analisados e corrigidos caso houvesse algum erro.



Figura 1: Fluxograma de processo das videoaulas.

Fonte: autores

Foi preciso uma busca cuidadosa de todo o conteúdo exposto nos vídeos para que tivessem licença livre gratuita, visto que os produtos foram disponibilizados no canal do projeto na plataforma Youtube, assim evitando problemas de direitos autorais. Como muitos dos residentes não tinham conhecimento de edição audiovisual, uma das etapas importantes da criação dos vídeos foi aprender a usar ferramentas e programas de edições para produzir, mesmo que de forma leiga, um conteúdo de boa qualidade. Os softwares utilizados foram o © 2021, Loom, Inc. All Rights Reserved. para gravar a câmera exibindo a apresentação simultaneamente e o DaVinci Resolve 17 para edição.

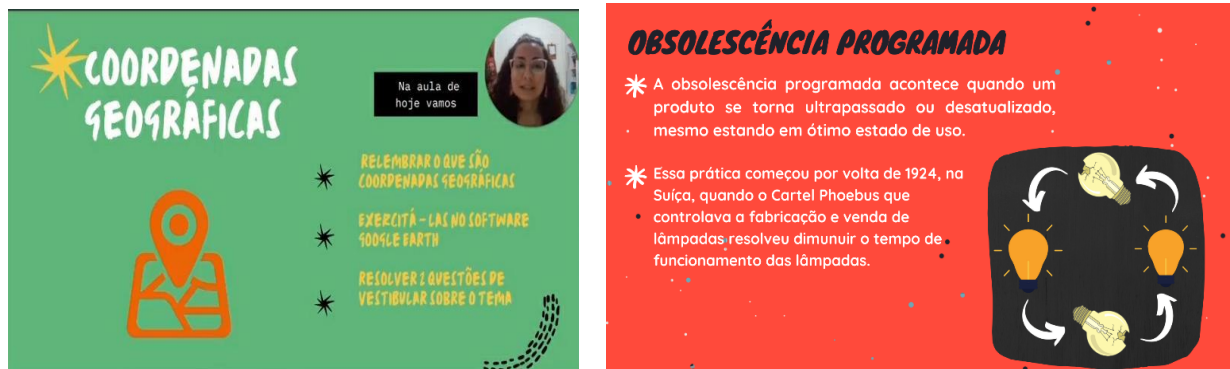


Figura 2: Diferentes aulas e apresentações propostas pelos residentes.
Fonte: autores

Resultado e Discussão

As videoaulas foram planejadas para ter uma duração de 15 a 20 minutos, como estratégia de não ser algo cansativo para os alunos, além de serem dispostas de forma assíncrona para maior flexibilidade e engajamento, se resguardando de problemas de conexão, por exemplo. Houve uma curadoria na seleção de programas e montagem de apresentações que estimulam a concentração e o interesse do aluno, também foram propostas atividades complementares com a resolução de questões de vestibulares daqueles temas, voltados principalmente para os alunos do 3º ano. Cabe ressaltar que o ensino online não é apenas utilizar as tecnologias como um fim e sim as associar ao conhecimento pedagógico e também domínio do conteúdo (Koehler & Mishra, 2008).

Um dos principais desafios encontrados pelos residentes do projeto foi um local de trabalho adequado, visto que muitas vezes o ambiente caseiro não era favorável à gravação dos vídeos por conta dos ruídos externos, também a falta de equipamentos apropriados, como microfone, iluminação, tripé e até mesmo um computador com capacidade mínima de processamento. Outra questão recorrente, foi o curto prazo de tempo para aprender a usar novos softwares, tendo em vista que para o uso de alguns é preciso ter um conhecimento básico prévio para melhor desenvolvimento na hora da elaboração dos produtos. Questões pessoais, como timidez, desencadeando uma insegurança e resistência de falar para a câmera são obstáculos que devem ser levados em consideração.

Conclusão

Moran, Massetto e Behrens (2006) colocam que ensinar é fazer parte de um processo que é possível prever ao fim de cada ciclo, mas que a aleatoriedade dos indivíduos e momentos tornam o educar incalculável. Com uma mudança no cenário do município do Rio de Janeiro, onde a vacinação já contemplou os profissionais de educação e de forma gradual o ensino presencial foi retomado, é urgente pensar na expansão da sala de aula presencial. Aproveitar o caminho escancarado pela pandemia para investir em infraestrutura, formação continuada do docente, capacitação dos alunos e programas de inclusão e acessibilidade. O letramento digital é um direito à cidadania, exemplo forte foram os programas de Busca Ativa e Auxílios implementados por meio da tecnologia da informação e comunicação. Nós professores e residentes precisamos nos apropriar do meio digital e preparar nossos alunos para um mundo atravessado por novos desafios. Construir e pôr em prática esses artifícios educacionais buscando em diminuir o abismo encontrado na educação na educação básica



pode ser o primeiro passo para reduzir as desigualdades encontradas principalmente em instituições públicas dos espaços subalternizados.

Referências Bibliográficas

BERGALA, Alain. A hipótese-cinema. Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro. Editora Booklink - CINEAD- LISE-FE/UFRJ, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Matriz de Referência ENEM. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. Multiliteracies: the beginnings of an idea. In: COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (org.). Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures. New York: Routledge, 2000. p. 3-8

Coronavírus deixa mais de 776 milhões de alunos fora da escola. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Brasil, 18 de março de 2020. Disponível em <https://nacoesunidas.org/coronavirus-deixa-mais-de-776-milhoes-de-alunos-fora-da-escola-diz-unesco/> Acesso em 7 de agosto de 2021.

CAPES. Programa de Residência Pedagógica. <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica> Acesso em: 13/08/2021

KOEHLER, M. L.; MISHRA, P. Introducing TPCK. In: AACTE Committee on Innovation and Technology (ed.). Handbook of Technological Pedagogical Content Knowledge (TPCK) for Educators. New York: Routledge, 2008. P. 3-29. Disponível em: <http://punya.educ.msu.edu/publications/koehler_mishra_08.pdf>

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. In: Novas tecnologias e mediação pedagógica. 2006. p. 133-173.

Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 20 maio. 2021, 19h22min.